

AS REDES DE COMÉRCIO SOLIDÁRIO: AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS

RENATA RODRIGUES DA SILVA¹

GEISA DAISE GUMIERO CLEPS²

RESUMO

O capitalismo, embora seja um modo de produção bastante resistente, capaz de enfrentar várias crises e, ainda assim, se fortalecer, depara-se na atualidade com formas de resistências. Por se trata de um modelo sustentado por desigualdades e injustiças. Como exemplo dessas resistências encontra-se a prática, cada vez maior, da socioeconomia solidária (SES), ou economia solidária, apresentando-se como uma alternativa que busca a inserção de excluídos do mercado de trabalho. A socioeconomia solidária é sustentada por quatro pilares básicos: a solidariedade, o trabalho coletivo, a autogestão e a geração de atividade econômica. Dessa forma, faz-se necessária à análise tanto da economia solidária, de forma geral, quanto da comercialização de produtos e serviços resultantes dessa prática, visto que a comercialização ocorre não com objetivo de obtenção de lucro, mas como fonte de redistribuição de recursos, a fim de proporcionar melhores condições de vida para os membros dos empreendimentos econômicos solidários (EES). A socioeconomia solidária, bem como a comercialização dos produtos solidários, é uma realidade que se encontra em processo de expansão cabe, então, analisar a realidade do estado de Minas Gerais, mais especificamente o caso das Mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas. Estas duas Mesorregiões apresentam características que as diferem e, por isso, foram escolhidas para serem analisadas nessa pesquisa.

Palavras-chave: Socioeconomia solidária; Comercialização; Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; Norte de Minas.

ABSTRACT

Capitalism, though it is a way of producing very strong, able to cope with various crises and still get stronger, they are faced today with forms of resistance. Because it is a model supported by inequalities and injustices. As an example of this resistance is the practice, increasingly, the Partnership economy, presenting itself as an alternative to seeking the inclusion of excluded from the labor market. The Partnership economy is supported by four pillars: solidarity, collective work, self-management and generation of economic activity. Thus, it is necessary to examine both the economy, in general, the marketing of goods and services resulting from this practice, since the sale occurs not aiming for profit, but as a source of redistribution of resources, to provide better living conditions for members of solidary economic enterprises (SEEs). The Partnership economy, as well as the marketing of fair trade products is a reality that is in the process of expanding it, then analyze the reality of the state of Minas Gerais, in particular the case of the Meso Triangulo Mineiro / Alto Paranaíba and Northern of Minas Gerais. These two Mesoregions show different characteristics and because this, were chosen to be analyzed in this research.

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. NEAT/LAGEA. Rua Paraná nº 1423, Bairro Brasil, Uberlândia, CEP: 38.400.654. renatadageo@yahoo.com.br.

² Professora Doutora da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. Coordenadora do Projeto de Pesquisa. NEAT/LAGEA. Av. João Naves de Ávila, 2160. Santa Mônica, Bloco 1H. gdumiero@ras.ufu.br.

Key words: Partnership economy; Marketing; Triangulo Mineiro / Alto Paraíba, north of Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA

A partir das últimas décadas do século XX, sobretudo devido às inovações nos meios de transporte e de comunicação, o processo de globalização intensificou-se. Porém, a globalização não beneficia a todos os países e pessoas do mundo. Os mais pobres não têm acesso às tecnologias e as informações disponíveis no planeta. Dessa forma, observa-se que a globalização é excludente. O capitalismo intensifica a globalização, apresentando, esses dois, uma parcela cada vez mais significativa da população excluída, principalmente do mercado de trabalho.

Tal fato obriga as pessoas a procurarem soluções para o problema do desemprego e da miséria. Uma dessas soluções é a socioeconomia solidária (SES). Mas, essas soluções alternativas à miséria e ao desemprego ou ao capitalismo e a globalização, sofrem repressão, seja porque vão contra a lógica dos mesmos, seja porque, por se tratar de resistência ao sistema econômico, não são conhecidas pela maior parcela da população e, também, por não serem favorecidas, reconhecidas e respeitadas pelo poder político.

Segundo Santos (2003), existem os “processos hegemônicos e os processos

hegemonizados”. Sendo que tal autor vai mais além, e defende essa idéia afirmando que:

[...] os processos não hegemônicos tendem seja a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. Mas tal situação é sempre precária, seja porque os resultados localmente obtidos são menores, seja porque os respectivos agentes são permanentemente ameaçados pela concorrência das atividades mais poderosas. (SANTOS, 2003, p. 35)

Ainda de acordo com Santos (2003, p. 65):

A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade política e particular a um quase nada.

Esse contexto contribui para a intensificação de outra forma de economia, ou seja, de uma forma de garantir a sobrevivência de uma parcela excluída social e economicamente do país, sendo essa denominada por socioeconomia solidária ou economia solidária. Embora a denominação, socioeconomia solidária (SES), dada a essa prática seja recente, o trabalho coletivo, seja na produção seja na

comercialização, sempre existiu nas sociedades, como exemplo destaca-se a existência de cooperativas na Europa, logo após a Revolução Industrial.

Atualmente, segundo dados da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2005, cerca de um milhão de pessoas estavam envolvidos com SES no Brasil.

Entende-se por SES basicamente: o trabalho coletivo, através de associações, cooperativas ou grupos informais, que sejam suprafamiliares; a solidariedade, cujos resultados do trabalho sejam divididos de maneira justa entre os membros do grupo (tendo como princípio o fato de que socioeconomia solidária não trabalha tendo como objetivo principal o lucro e sim com o excedente ou a sobra); a autogestão, os próprios membros do grupo devem gerir o empreendimento e, para que isso ocorra, deve-se eleger um líder para coordenar o trabalho; o desenvolvimento de uma atividade econômica, pois como o empreendimento, na maioria dos casos, é a única fonte de renda dos trabalhadores, deve ter como objetivo garantir que as necessidades básicas do cidadão possam ser atendidas, seja através da própria geração de renda, seja pela produção voltada para o autoconsumo dos sócios do empreendimento.

França e Dizimira (1999, p. 146), definem a economia solidária como sendo:

[...] uma designação que se faz a certas experiências associativas caracterizadas pela pluralidade e hibridação nas suas dimensões econômicas, social e política, perpassadas por lógicas habitualmente opostas, como mercado-Estado-dádiva, interesse-gratuidade, liberdade-obrigação. Ou seja, economicamente designa realidades micro-sociais que mesclam formas de economia mercantil, correspondendo à economia de mercado; não mercantil, que refere-se à economia da redistribuição ou estática; não monetária, a qual compreende um vasto campo de atividades, tais como a autopromoção e o voluntariado.

Dessa forma, observa-se que a SES não é orientada pela lógica de mercado, como a economia tradicional, que tem como característica a obtenção cada vez maior de lucro. Essa outra economia tem como preocupação central à questão social, uma vez que considera fatores referentes às relações de trabalho, sem descartar questões econômicas, políticas e ambientais, mas sempre buscando atender às necessidades básicas dos cidadãos, bem como a preocupação em inserir o trabalhador no mercado de trabalho.

As experiências de economia solidária (ES) deram origem aos empreendimentos econômicos solidários (EES), sendo esses o local onde ocorre à produção e, em alguns casos, a comercialização dos produtos resultantes do trabalho coletivo e autogestionário. Nesse sentido, de acordo com Singer

(2003, p. 116), os grupos de SES apresentam-se como

[...] organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Como se pode observar, a partir do exposto, o conceito de SES ainda está em processo de consolidação. Desse modo, diferentes definições são apresentadas por vários autores, de diversas áreas da Ciência. Um desses conceitos, definidos por Vasconcelos (2007, p. 269), o qual utiliza Gaiger (1999) como referencial, compreende a socioeconomia solidária como uma atividade

[...] caracterizada a partir das práticas de autogestão e cooperação usadas nos empreendimentos-autogestionários, que alteram o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente encontrados na empresa capitalista, já que tais empreendimentos se assentam na unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. Nesses empreendimentos: o funcionamento possui como premissa a propriedade social dos meios de produção, sendo vedada a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; o controle e o poder de decisão pertencem de forma paritária à associação dos trabalhadores; a gestão é determinada pelo

conjunto dos trabalhadores, que organizam o processo positivo, operam as estratégias econômicas e decidem sobre o destino do excedente produzido.

Diante do exposto, a SES será abordada no presente artigo tendo como base os princípios de cooperação e de trabalho coletivo, diferenciando-se do sistema capitalista vigente, considerando o trabalhador, dando mais valor ao mesmo do que à sua força de trabalho. Nesse sentido, trataremos a SES como uma possível alternativa para a parcela da população excluída do mercado formal de trabalho, valorizando as experiências de trabalho coletivo e autogestionário.

2. METODOLOGIA

Para a concretização da pesquisa cujos resultados são aqui apresentados, foram realizadas consultas a várias Instituições Governamentais, Estaduais e Organizações Não-governamentais (ONGs). Destacam-se ainda, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES); a Rede de Comercialização Solidária; Cáritas e outros.

Para melhor compreensão da temática, foram confeccionados vários mapas temáticos das mesorregiões mineiras, com destaque para as do

Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas (estes mapas retratam e ilustram a atual situação da SES em Minas Gerais, abordando o número e os empreendimentos existentes no estado e nas duas mesorregiões estudadas). Foram elaborados também vários quadros que demonstram quantitativamente os EES de 3 Minas Gerais, das mesorregiões destacadas acima, o destino e a procedência dos principais produtos produzidos e comercializados pela SES. Já a tabela apresentada refere-se aos EES encontrados em alguns dos municípios da mesorregião Norte de Minas.

Os mapas, os quadros e a tabela que ilustram o texto, apresentam dados da socioeconomia solidária fornecidos pela Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), pelo Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES), pelo Catálogo Trabalhadoras Rurais (2007) e pela Incubadora de Montes Claros – MG (2007).

Além do levantamento teórico, foram realizados trabalhos de campo, no segundo semestre de 2007, para alguns municípios das duas mesorregiões analisadas e mostraram-se essenciais para a realização desta pesquisa, pois através deles percebeu-se a realidade de alguns empreendimentos econômicos solidários, bem como se tornou possível a obtenção

de dados cruciais ao desenvolvimento do mesmo.

No que concerne ao referencial teórico básico, no desenvolvimento da pesquisa foram utilizados vários trabalhos de pesquisadores brasileiros que tem se dedicado aos estudos da Economia Popular Solidária, do Comércio Solidário e do Consumo Solidário. Entre estes trabalhos destacamos os desenvolvidos por CATTANI, A. D. (2003); GAIGER, L. I. (1999); LISBOA, A. (1998); RAZETO, L. (1993); SINGER (2004); MANCE (2002) entre outros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se por socioeconomia solidária algumas alternativas encontradas para minimizar problemas relacionados ao desemprego crescente, sendo também uma fonte de geração de renda, para parte da população que não é atendida pelo capitalismo. No entanto, cabe ressaltar que nos sistemas econômicos pré-capitalistas já existiam formas de organização econômica em que os bens produzidos destinavam-se à satisfação das necessidades dos próprios produtores, raramente havendo um excedente, sendo essas práticas conhecidas como economia natural. Por certo, reconhece-se a quase utopia em se afirmar que os padrões da sociedade atual convergem para os acima citados, onde se voltaria à Economia de Subsistência por

uma livre escolha dos que se encontram no topo do poder mundial, a não ser que algo forçasse a se tomar este tipo de escolha.

Paralelamente ao sistema capitalista, existem formas alternativas que atendem e suprem as necessidades mínimas da parcela da população que se encontra à margem do modo de produção vigente. Constata-se a existência de experiências autogestionárias e de trabalho coletivo em sociedades antigas como, por exemplos, o caso de tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada do europeu e, também, mais recentemente, na Europa, com a expansão da Revolução Industrial, observa-se a existência de cooperativas de produção e de comercialização, formadas pelos trabalhadores que não concordavam com as injustiças geradas pelo capitalismo.

As privatizações, os processos de reestruturação públicos e privados, o aumento significativo de falência de empresas e, inclusive, a globalização, principalmente em se tratando dos países em desenvolvimento, são alguns fatores contemporâneos que estimulam experiências associativas e de autogestão.

Como alternativa a esses processos torna-se visível, nos mais diversos setores, a presença de organizações geridas pelos próprios trabalhadores, a exemplo das cooperativas de crédito, de habitação, de educação, de seguros, de consumo, dentre

outros. Estas organizações almejam, através destas alternativas, não somente emprego e renda, mas também relações trabalhistas mais justas, tendo em vista a qualidade do emprego e de vida, trabalhadores se organizam em grupos e passam a ser os responsáveis diretos por toda a cadeia produtiva.

A SES contraria os princípios básicos do capitalismo, conforme já mencionado, como por exemplo, a acumulação de capital e a individualidade presente entre os trabalhadores. Nesse sentido, cabe salientar que o sistema capitalista nunca se apresentou como um modo de produção totalitário. Desde a instituição do capitalismo como modo de produção existiu uma parcela da sociedade que esteve a sua margem, seja por embates ideológicos, seja pelo próprio fato de que no capitalismo não há espaço para todos, visto que são as desigualdades sociais e econômicas que asseguram sua sobrevivência. A esse respeito Gaiger (1999, p.2), complementa que na economia contemporânea,

Contrariando as expectativas de uma integração e uniformização progressiva do tecido social, em decorrência de um desenvolvimento econômico que viria cedo ou tarde, processos de fragmentação e exclusão social se impuseram, nas últimas duas décadas, com virulência insuspeita e efeitos dramáticos. Enormes contingentes, alijados do mercado

de trabalho e abandonados pelas políticas sociais em recuo, viram-se compelidos a criar suas próprias oportunidades de trabalho e sobrevivência. Expandiu-se o setor informal, multiplicaram-se os pequenos negócios, resgataram-se, por outro lado, práticas de entre - ajuda e cresceu o interesse pela idéia de dar as mãos e fazer, da união de forças, o caminho de uma nova alternativa.

Contudo, deve-se destacar que a SES não se constitui como única forma de resistência ao sistema capitalista, tendo em vista que este modo de produção baseia-se num modelo pautado na geração de desigualdades e injustiças, que o sustentam.

Não se trata, tampouco, de um socialismo fundamentado na exacerbada participação do Estado, uma vez que o mesmo também apresenta ineficiências relacionadas, principalmente, em relação à participação dos trabalhadores na tomada de decisões e no processo produtivo. Portanto, a ES difere-se tanto do capitalismo quanto do socialismo.

Em relação à SES, há de se considerar também que a mesma não diz respeito apenas às questões relativas ao mercado de trabalho, mas a uma nova visão social onde os trabalhadores, a partir das experiências coletivas e de autogestão, entram em contato com outra realidade de trabalho, baseada em princípios não valorizados no capitalismo como, por

exemplo, a noção de solidariedade e de trabalho coletivo.

Dentro da perspectiva da SES encontram-se diferentes formas de organização do trabalho coletivo, sendo os mais comuns: os grupos informais, desprendidos da documentação formal exigida para estabelecimentos; as associações; e as cooperativas. Dentre essas organizações de trabalho as que mais se destacam na ES são as cooperativas. Nestas o conceito chave é a cooperação, pois agregam os valores de colaboração e ajuda mútua.

Entretanto, embora a produção seja a atividade que se apresenta mais significativa, no âmbito da economia solidária existem também experiências voltadas ao crédito e ao consumo. Esta é, sem dúvida, uma forma paralela ao sistema capitalista, pois assume distintas relações de produção e distribuição de bens e serviços do que os adotados pela maior parte da sociedade.

Na distribuição dos produtos a SES também se distingue da capitalista, visto que essa não se limita apenas às relações de troca com valorização simplesmente monetarizada, como compra e venda de bens e serviços, tributações e dotações orçamentárias. Existem nesta economia relações como trocas na forma de escambo, doações, reciprocidade e cooperação.

Nesse sentido, diante de todas as desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, faz-se necessário, mais do que pensar em alternativas, colocá-las em prática, no sentido de inserir uma maior parcela da população no mercado de trabalho, sendo fonte de geração de renda e de diminuição de tamanhas injustiças vivenciadas por séculos. Uma vez que, os objetivos da socioeconomia solidária ultrapassam as questões econômicas referente à geração de trabalho e renda, proporcionando melhores condições e relações de trabalho, conforme análise que se segue.

3.1 A Socioeconomia Solidária e o Terceiro Setor

A economia é dividida em setores, sendo os mesmos: Primeiro Setor, compreendido pelo Estado, o Segundo Setor, correspondente ao mercado, e o Terceiro Setor, representado por organizações sem fins lucrativos, Organizações Não Governamentais (ONG's), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), apoiadas tanto pelo Primeiro quanto pelo Segundo Setor.

Nesse sentido, segundo alguns autores, a socioeconomia solidária está inserida no Terceiro Setor, embora a maioria dos empreendimentos econômicos

solidários (EES) apresenta-se como fonte geradora de trabalho e renda.

Ainda em relação ao Terceiro Setor, Melo (2005, p. 16-17), afirma que:

[...] embora a economia solidária seja vocacionada a assumir características próprias do denominado “terceiro setor” (aquele que não corresponde ao Estado nem ao mercado), os empreendimentos de economia solidária diferem das organizações do terceiro setor, tendo estas um papel relevante na conformação e no crescimento dos empreendimentos econômicos solidários. Sob o conceito de terceiro setor estão algumas tendências gerais da sociedade contemporânea [...].

Dessa forma, constata-se que a SES, apesar da expansão pela qual se encontra e mesmo não sendo uma prática recente, ainda não se apresenta totalmente consolidada, havendo muitas divergências até mesmo em relação à sua conceituação.

Observa-se que essas divergências são maiores na teoria do que na prática, pois enquanto há discussões, como por exemplo, se essas experiências pertencem ou não ao Terceiro Setor, os princípios básicos dessa outra economia estão sendo diariamente praticados pelos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, que em muitos casos, nem conhecem essa denominação que foi dada às práticas que lhe são corriqueiras.

3.2 A Comercialização de Produtos Solidários

O comércio solidário é uma forma de comércio alternativo, que adota princípios de solidariedade e de desenvolvimento social. O comércio solidário é definido por Cleps e Silva (2006), como:

[...] conjunto de práticas que têm como objetivo estabelecer um contato direto entre o produtor e o comprador e tirá-los da dependência de atravessadores e das instabilidades do mercado global de commodities.

Como a socioeconomia solidária é uma fonte de renda para os cidadãos não inseridos no mercado de trabalho, a maioria dos empreendimentos tem como objetivo principal a comercialização de seus produtos que são compostos, basicamente, pelo artesanato, produtos alimentícios e materiais reciclados. É a venda dos mesmos que garante a obtenção de renda dos EES.

Embora a comercialização seja uma das principais etapas da cadeia produtiva dos produtos econômicos solidários, de acordo com Valadão Júnior (2003, p. 105),

[...] o mercado não é o fim, mas o meio para melhorar as condições de vida e a atualização de seus membros, elas devem colocar as pessoas no centro do cenário social. Além de atenderem as demandas do mercado, parecem estar incrustadas por princípios de

intercâmbio, de redistribuição, de efetividade, de autenticidade, de dignidade, de solidariedade, de afetividade, de autonomia, de flexibilidade e de democracia.

Porém, a fase da comercialização é a etapa mais difícil de toda a cadeia produtiva, pois necessita cumprir uma série de normas e padrões exigidos pelos comerciantes, consumidores, vigilância sanitária e outros, como, por exemplo, rótulos contendo informações sobre o produto, no caso de alimentos. Grande parte dos empreendimentos não conhece as normas para a comercialização, pois não tem acesso a cursos de qualificação ou de gestão de empreendimentos, dentre outros. Outro fator que dificulta a comercialização é o fato de que os produtos solidários não são conhecidos por grande parte dos consumidores como os demais produtos, os quais estão sob a mira e a influência constante da publicidade.

A seguir faremos uma análise sobre as formas de comercialização dos produtos solidários.

3.3 As Formas de Comercialização Utilizadas pela SES

A comercialização dos produtos e serviços resultantes da socioeconomia solidária se dá de diferentes modos, variando de um empreendimento para outro. A forma como os produtos são comercializados é escolhida pelo próprio

empreendimento, levando em consideração as características apresentadas pelo mesmo, ou seja, alguns empreendimentos são bem estruturados e, portanto, o processo de comercialização é facilitado. Outros possuem lojas próprias para a venda. Porém, nem todos os grupos de trabalho dispõem de muitos recursos e apresentam maior dificuldade para a comercialização. Por isso, alguns produtos da SES são vendidos da mesma forma que os produtos tradicionais, não sendo diferenciados e, o que os torna mais valorizados pelos consumidores conscientes de seu papel enquanto agentes responsáveis pela redistribuição de renda.

Entre as principais formas ou locais de comercialização dos produtos resultantes desta prática destacam-se: as lojas de comércio solidário, as feiras (feiras livres ou feiras de economia solidária), as lojas convencionais, os empreendimentos e as lojas de produtores, também conhecidas como Casa do Artesão.

Nesse sentido, existem lojas próprias para a realização do comércio solidário. No que se refere às lojas exclusivas de comércio solidário ou especializadas, nota-se uma contradição devido ao fato de que o comércio solidário tem como princípio inserir o pequeno produtor no mercado, o que de fato ocorre.

No entanto, no que se refere à compra desses produtos, observou-se que tal processo exclui muitos que não possuem condições financeiras de adquirir tais produtos. Outra questão contraditória é o fato de que as lojas de comércio solidário fazem o papel de atravessador, o que é condenado nos princípios do comércio solidário. Na maioria dos casos, trata-se de lojas modelo exportação, onde os preços praticados não condizem com a realidade econômica do Brasil, embora sejam produtos originais e de boa qualidade. Os principais produtos comercializados nessas lojas são, principalmente, artesanato e produtos alimentícios diferenciados, como produtos orgânicos e caseiros.

Além disso, há também a comercialização dos produtos econômicos solidários em feiras. Constituindo-se como um dos principais locais de comercialização, caracterizam-se como válvula de escape para os pequenos produtores, devido às dificuldades que esses encontram no momento da comercialização.

Durante as feiras os produtores podem comercializar seus produtos como resultantes da SES, o que permite uma maior valorização das mercadorias, além de garantir a aproximação entre produtores e consumidores. Porém, o que ocorre é que na comercialização em feiras livres o produto da socioeconomia solidária não é

diferenciado dos demais. Dessa forma, os produtores são prejudicados, visto que na economia solidária o processo produtivo é diferente da produção dos demais produtos e o resultado das vendas é dividido entre o grupo.

Algumas instituições que apóiam a economia solidária como a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os fóruns regionais de economia solidária, incentivam a realização das feiras da economia solidária, pois vêem nas mesmas uma boa oportunidade de comercialização dos produtos, o que não ocorre em outros locais. Diante disso, a Secretaria Nacional de Economia Solidária criou um programa nacional, denominado de “Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária”, que apóia a realização de feiras em nível estadual, presente em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Além dessas feiras estaduais, o programa de promoção do comércio solidário também incentiva as feiras de âmbito nacional. Porém, nem todos os produtores têm condições de exporem seus produtos em feiras específicas de SES. Por isso, a comercialização de produtos econômicos solidários, ou seja, produtos feitos seguindo alguns princípios específicos, como a preocupação ambiental e social,

são, na sua maioria, comercializados juntamente com produtos tradicionais.

Outra forma de comercialização dos produtos solidários é a que ocorre em lojas convencionais, sendo que esses produtos podem ou não ser identificados como resultantes da economia solidária. Como exemplo, podemos destacar algumas lojas da rede *O Boticário*, que comercializam “Bonecas Solidárias”, e algumas lojas da rede de supermercados *Pão de Açúcar* as quais comercializam produtos alimentícios, como doces produzidos por comunidades tradicionais da Amazônia.

Apesar de todos esses modos de comercialização, a forma de venda mais comum dos produtos da socioeconomia solidária ocorre nos próprios empreendimentos, mesmo que estes não possuam lojas em suas dependências. Muitos consumidores têm o costume de ir até o local onde os produtos solidários são produzidos podendo, assim, observarem a forma como são feitos.

Existem também lojas de associações de artesãos que adotam princípios da socioeconomia solidária e do comércio solidário. Essas lojas, em diferentes municípios, são designadas por “Casa do Artesão” e comercializam, além do artesanato, também produtos alimentícios e bebidas, como licores e cachaça. Nestas lojas os produtores,

também são responsáveis pela exposição e comercialização de seus produtos. Para isso, os artesãos pagam uma contribuição mensal para a loja. Além dessa quantia mensal exigida para a exposição, cerca de 10% do valor de cada peça vendida também fica com a loja que utiliza esse dinheiro para cobrir gastos como aluguel, energia, contratação de funcionários e outros.

Contudo, assim como há diferenças em relação à forma como os produtos e serviços resultantes da socioeconomia solidária são comercializados, também são observadas diferenças em relação às moedas utilizadas nessa comercialização, sendo, basicamente, três tipos de moedas: a moeda corrente no país, no caso do Brasil o real, que se como a moeda predominante na maioria das transações comerciais; as moedas sociais, que são moedas paralelas à moeda corrente no país, as quais apresentam características próprias e são aceitas apenas em comunidades restritas, e constituem-se, ainda, como alternativas ao capitalismo, pois extinguem a acumulação de capital; e os clubes de troca, onde se realiza a troca direta de mercadorias, na forma de escambo, não utilizando nenhuma moeda para as transações comerciais.

Porém, apesar de toda essa diversidade nas formas de comercialização, a mesma ainda se

apresenta como a mais difícil fase da cadeia de produção, devido, dentre outros motivos, à falta de capacitação dos trabalhadores dos EES em relação às vendas.

3.4 O Consumo Solidário

Algumas modificações ocorreram ao longo do tempo em relação ao consumo. A publicidade foi uma das principais responsáveis por essa mudança, pois, além da preocupação com a produção, a empresa também tem que se preocupar em manipular as pessoas, para que as mesmas se tornem consumidoras de seus produtos. Desse modo, a produção gera o consumo, uma vez que, antes da produção de um determinado bem, através da publicidade e da compulsão pelo consumo, já existe um público consumidor para estes produtos (SANTOS, 2003). Porém, com a intensificação do processo de globalização, o consumidor é produzido antes mesmo do produto.

O consumidor, cada vez mais bombardeado pela mídia, muitas vezes não tem consciência do que é consumido e, acaba adquirindo produtos que não são necessários a ele. Com o aumento do consumo aumenta também o poder das empresas multinacionais que investem em mais publicidade e lançam, com maior frequência, produtos novos no mercado. Desse modo, o consumo exagerado e

inconsciente não dá espaço, ou seja, sufoca o consumo dos produtos da socioeconomia solidária que não são alvo da publicidade e, também, não apresentam altas tecnologias.

Cabe salientar que o consumo solidário está diretamente ligado ao consumo consciente. Por tanto, é necessário que o consumidor dos produtos solidários tenha em mente que ao consumir os produtos da economia solidária, estará contribuindo para a manutenção da produção e do grupo, e, também, contribuindo com o desenvolvimento social e econômico do país.

Conforme Mance (2003, p. 45-46), o consumo solidário é entendido como

[...] aquele praticado em função não apenas do próprio bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Trata-se pois do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária em vez de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. O consumo solidário é praticado também com vistas a contribuir na geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida. Além disso, preserva o equilíbrio dos ecossistemas e melhora o padrão de renda de todos os que participam das redes solidárias, combatendo-se assim a exclusão social e a degradação ambiental.

Portanto, o consumo solidário, além de atender as necessidades dos consumidores, contribui também para a manutenção do trabalho coletivo e dos EES, sendo que, é através da comercialização que os grupos de trabalho se mantêm.

Cabe destacar ainda a participação de consumidores solidários, bem como o reduzido número desses consumidores. Em relação aos mesmos observa-se uma diferenciação desses comparando-se aos demais consumidores. Os consumidores solidários geralmente pagam um valor um pouco maior para consumir os produtos resultantes da ES, visto que esses produtos são diferenciados, pois foram produzidos seguindo os padrões que caracterizam essa economia, como a preocupação com a questão ambiental e social.

3.5 A Socioeconomia Solidária no Brasil

Muitas discussões existem a respeito da SES, alguns pesquisadores defendem a idéia da ES como forma de resistência ao sistema capitalista. Outros acreditam que a mesma vai de encontro ao próprio modo de produção, ou seja, que defende os interesses do capitalismo. Outra divergência refere-se ao surgimento da socioeconomia solidária. Muitos autores acreditam que essa outra economia é uma prática antiga. Singer (2002), destaca que a

mesma teve surgimento com a Revolução Industrial. Outros autores acreditam que, no Brasil, a economia solidária tenha sido praticada por grupos indígenas que ocupavam o território nacional antes da chegada do europeu. Embora haja divergências em relação ao período em que a SES surgiu, não se pode desconsiderar o fato de que no fim do século XX presenciou-se o ressurgimento da dela em vários países, inclusive no Brasil. Entretanto, cabe ressaltar que, embora haja divergências sobre o seu surgimento, o mesmo não ocorre em relação aos seus princípios básicos que são: o trabalho coletivo, a autogestão, a solidariedade e o desenvolvimento de atividades econômicas.

Nesse contexto, a SES pode ser entendida como uma possível alternativa ao desemprego. Como outra forma de trabalho que associa princípios que levam em conta os interesses dos trabalhadores.

Observa-se que o processo de reestruturação da socioeconomia solidária verificado em diversos países, também ocorre no Brasil, tendo em vista a quantidade significativa de cidadãos envolvidos com essa economia alternativa, bem como o elevado número de EES encontrados.

De acordo com os dados da SENAES (2008), no Brasil, o número de pessoas envolvidas com a economia

solidária, atualmente, ultrapassa a um milhão, em aproximadamente 20 mil EES.

Diante do número considerável de empreendimentos solidários presentes no país, destacam-se a realização de várias atividades, tanto de produção, quanto de comercialização, de crédito e outras. Sendo mais significativos os empreendimentos ligados à produção. Dentre os produtos que mais se destacam encontram-se: o artesanato, os produtos agrícolas, a reciclagem, a produção de alimentos e outros. Outro aspecto relevante a mencionar é que os empreendimentos podem ser tanto para autoconsumo quanto para a comercialização.

Se, por um lado, a expansão da economia solidária no país é muito interessante, pois demonstra a capacidade que as pessoas têm para encontrarem soluções capazes de gerar, não apenas, emprego e renda, mas como também diferentes relações de trabalho, por outro lado, essa expansão traduz ineficiências, principalmente por parte dos governantes, de garantir condições dignas de sobrevivência para a população, observemos a seguir, o caso de Minas Gerais.

3.6 Minas Gerais e o Desenvolvimento da Socioeconomia Solidária

De acordo com dados da SENAES (2008), a situação de Minas Gerais em

relação à SES sofreu algumas alterações no período de 2005 a 2007. Sendo que, no ano de 2005, o estado ocupava a 3ª posição no *ranking* de números de EES da região Sudeste. Representando 14% do total da região, ficava à frente apenas do estado do Espírito Santo. Porém, de acordo com o novo Atlas de Economia Solidária de 2007, Minas Gerais destaca-se com o segundo estado do sudeste com maior número de EES, sendo superado apenas pelo estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, encontra-se em Minas Gerais um total de 1.236 empreendimentos espalhados por 199 municípios. Tendo em vista a grande dimensão territorial do estado mineiro, bem como o elevado número de municípios pertencentes ao mesmo, compreendendo um total de 853, constata-se que, embora o Atlas da SENAES contribua significativamente para análises relacionadas à socioeconomia solidária, o mesmo ainda não consegue abranger todos os EES existentes, o que se deve a diversos fatores, como por exemplo, a falta de recursos financeiros, a escassez de tempo para a realização do mapeamento e, até mesmo o desconhecimento de alguns empreendimentos e, portanto, o mesmo não deve ser utilizado como fonte única de informações referentes a economia solidária, pois o número de EES presentes em Minas Gerais é bem mais expressivo

do que o divulgado pelo SENAES no ano de 2008. Tal fato pode ser explicado em razão de que muitas pessoas praticam a socioeconomia solidária sem saber do que se trata, ou seja, não conhecem a denominação que foi dada às suas atividades, embora conheçam na prática os princípios dessa outra economia.

Observa-se que em algumas regiões de Minas Gerais a SES apresenta maior destaque, como o caso da mesorregião de Belo Horizonte, com mais de 280 empreendimentos. Em outras, como a Região Central Mineira, o número de empreendimentos não é tão significativo, pois nela existem apenas dois estabelecimentos de socioeconomia solidária, conforme dados apresentados no Quadro 1.

Assim sendo, existem regiões de Minas Gerais em que o cooperativismo é mais representativo, devendo-se, dentre outros motivos, a questões histórico-culturais que favorecem as experiências de socioeconomia solidária. Porém, em algumas localidades não há presença de ações coletivas, não havendo a valorização do trabalho em grupo e de outros princípios defendidos pela socioeconomia solidária, o que dificulta a identificação das experiências existentes e, até mesmo, impede que grupos solidários sejam criados.

MESORREGIÃO MG	QUANTIDADE
Central Mineira	2
Oeste de Minas	34
Zona da Mata	79
Vale Rio Doce	80
Vale do Mucuri	82
Noroeste de Minas	89
Sul Sudoeste de Minas	105
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	113
Jequitinhonha	157
Norte de Minas	214
Belo Horizonte	281
TOTAL	1.236

Quadro 1 – Minas Gerais: Quantidade de Empreendimentos nas Mesorregiões, 2008

Fonte: SENAES, 2008.

Ainda de acordo com o Quadro 1, algumas mesorregiões do estado mineiro destacam-se mais que as outras, sendo elas: Belo Horizonte, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Os empreendimentos dessas localidades são mais representativos, mais conhecidos e mais beneficiados pelos projetos de apoio à socioeconomia solidária. Tal fato deve-se, dentre outros fatores, às condições econômicas, às condições de pobreza e miséria, maiores que nas demais regiões, além de questões culturais, pois nesta região o espírito cooperativista e coletivista está mais arraigado.

As Mesorregiões Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentam características distintas em relação à SES, visto que na primeira o espírito de coletividade é mais evidenciado que na segunda, facilitando as experiências

de trabalho coletivo, o que não exclui as experiências de socioeconomia solidária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e nem as torna inferiores as outras regiões do estado. Portanto, no que se refere à prática tanto do trabalho coletivo quanto da própria economia solidária observam-se mudanças em relação ao comportamento de algumas mesorregiões mineiras, relacionadas, dentre outros fatores, ao aumento do desemprego e à necessidade de geração de renda.

3.7 A Socioeconomia Solidária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Mapa 1), possui 66 municípios, divididos em sete

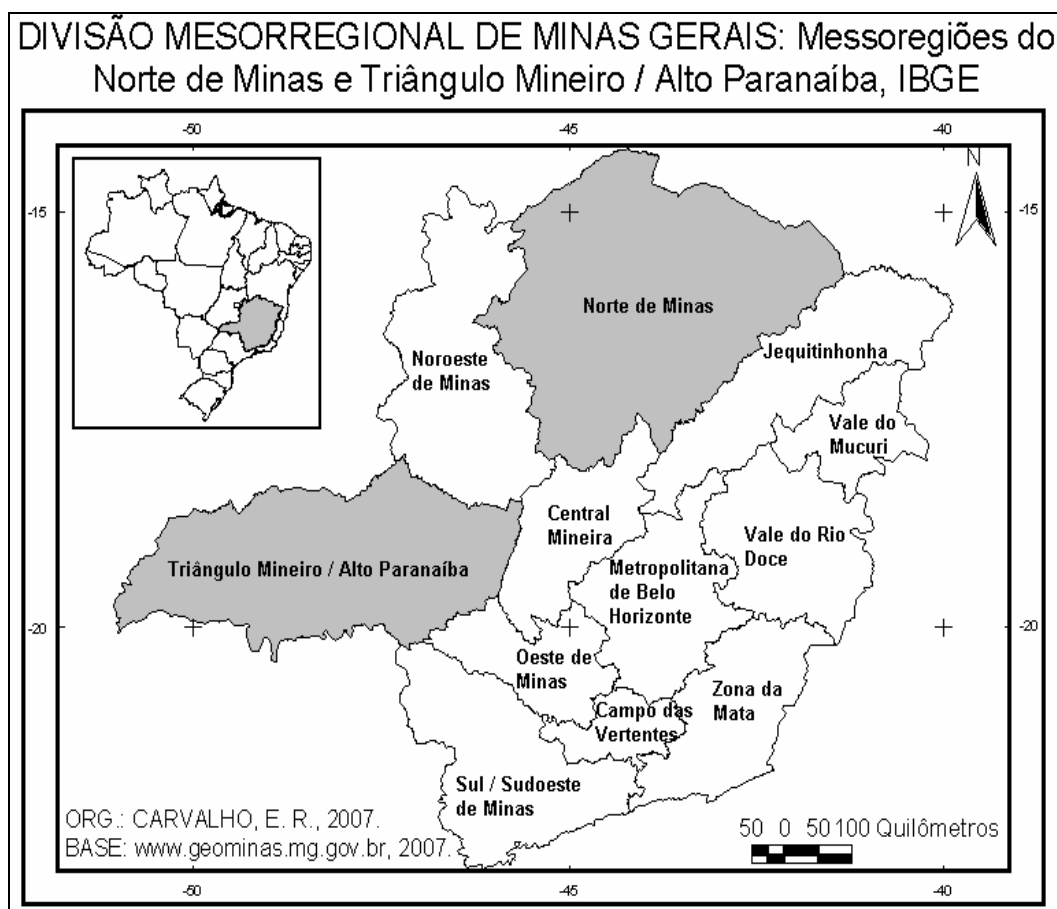
microrregiões que são: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia.

A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta-se como uma das mais dinâmicas e ricas do estado. Sua economia está diretamente ligada ao setor primário. Destaca-se também no setor terciário, apresentando importantes empresas de comércio atacadista, o que se deve, dentre outros fatores, à sua localização geográfica no interior do país, tendo a presença de importantes rodovias

que ligam a Mesorregião a outras regiões e estados.

Já a região Norte de Minas (Mapa 1) é caracterizada como uma das regiões mais pobres do estado. Suas características físicas como o clima, semelhante ao semi-árido, a vegetação, o solo e outros, assemelham-se ao Nordeste do Brasil. A região apresenta 89 municípios, divididos em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. As principais atividades econômicas desenvolvidas nesta região são a pecuária e o extrativismo vegetal.

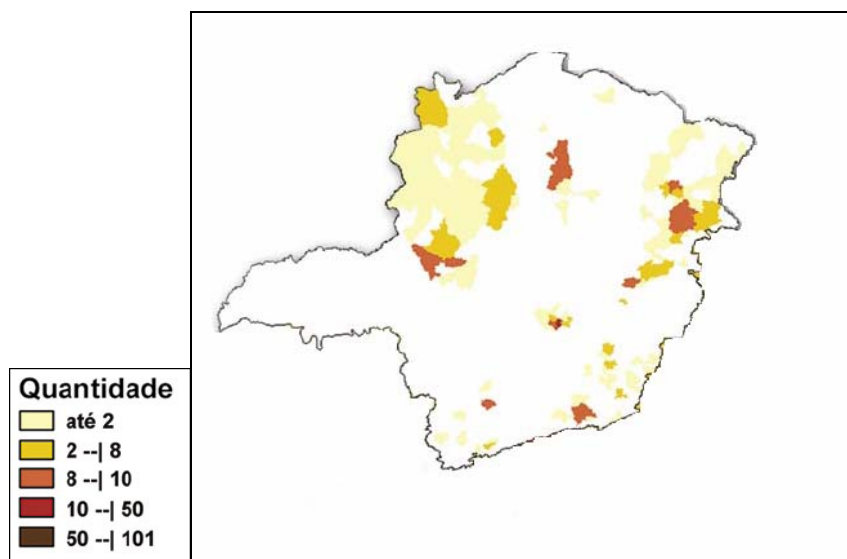
Mapa 1



Conforme se observa, as duas regiões apresentam características bem distintas, tanto em relação às condições ambientais quanto em relação aos aspectos socioeconômicos. Devido a essas diferenças é que tais regiões foram escolhidas para serem analisadas no presente trabalho.

Outro fator deu-se devido às significativas diferenças encontradas nas mesmas em relação à socioeconomia solidária. Diferenças essas principalmente no que se refere à quantidade de empreendimentos e de pessoas envolvidas nessa economia alternativa, uma vez que a

primeira mesorregião (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) apresentava poucos dados e informações sobre o tema, e a segunda mesorregião (Norte de Minas) destacava como uma das regiões em que a SES era mais evidente. Tal fato pôde ser observado ao longo do período em que a presente pesquisa foi realizada. Porém, a partir de novas informações disponibilizadas pela SENAES, no início do segundo semestre de 2008, a situação da ES em Minas Gerais, conforme já mencionado, sofreu algumas alterações, que serão levantadas ao longo deste trabalho.



Mapa 2 – Empreendimentos de Socioeconomia Solidária em Minas Gerais, 2005

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil - SIES , 2005.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba os EES não são tão significativos e fáceis de serem identificados. Porém, em relação ao ano de 2005, assim como a realidade de Minas

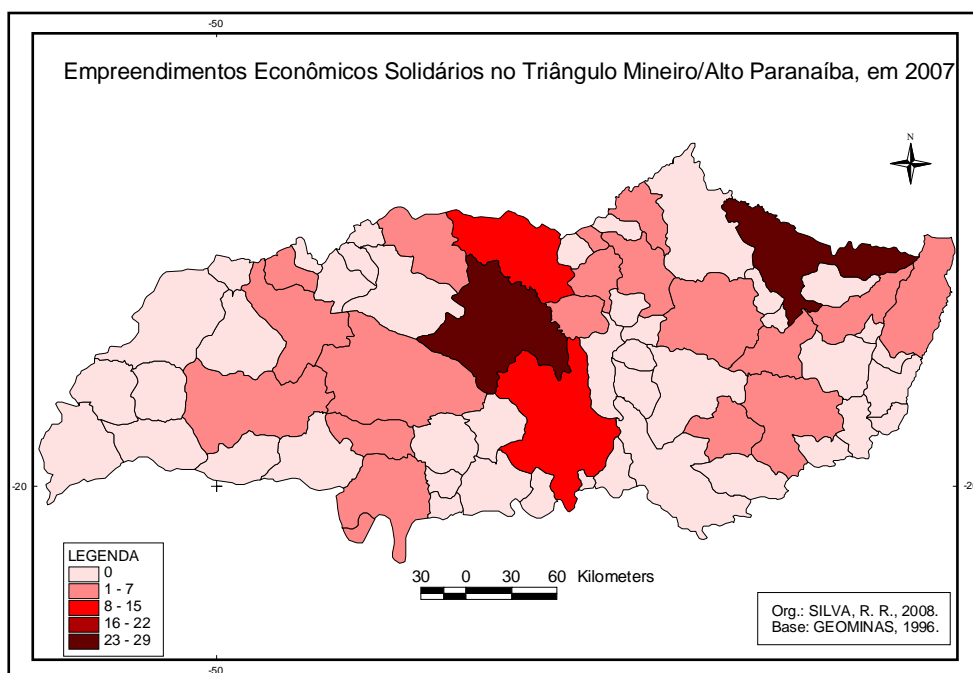
Gerais sofreu alterações, no âmbito da SES, muitas modificações também são observadas em relação a tal mesorregião. Essas mudanças podem ser observadas na comparação entre o Mapa 2 e o Quadro 1,

e devem-se, principalmente, a problemas relacionadas à elaboração do Atlas, visto que os empreendimentos existentes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tiveram origem anterior ao ano de 2005, onde foram realizadas as pesquisas resultantes do 1º Mapeamento de EES.

Destaca-se também o aumento da participação da Mesorregião Norte de Minas na quantidade de EES encontrados no estado. O Mapa 2 revela a situação da SES em Minas Gerais no ano de 2005. A fim de reafirmar as alterações ocorridas no estado, especialmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas, apresenta-se, a seguir, o atual número de

EES encontrados nas referidas mesorregiões.

Ao analisar o Mapa 3 observa-se uma maior concentração de EES em alguns municípios como, por exemplo, Uberlândia (que possui atualmente um total de 29 empreendimentos), Patos de Minas e Uberaba (com 24 e 9 empreendimentos, respectivamente). Em alguns municípios, onde foram identificadas experiências de ES, constatou-se a existência de apenas um único empreendimento. Porém, de acordo com o Mapa 3, nota-se a ausência de EES em algumas localidades, como é o caso dos municípios de São Gotardo, de Lagoa Formosa e de Sacramento.



Mapa 3 – Número de EES por Municípios da Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 2007

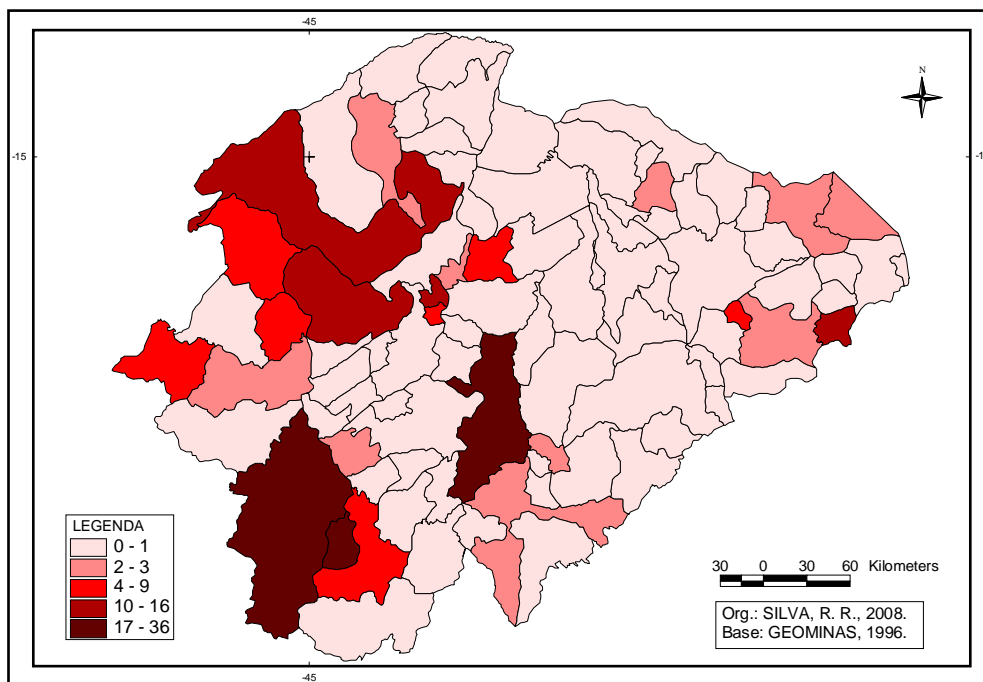
Fonte: Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES, 2008.

No caso da Região Norte de Minas, como pode ser verificado no Mapa 4,

também encontram-se municípios que se destacam em relação ao elevado número de

EES, como é o caso dos municípios de Montes Claros, Pirapora, Buritizeiro (com 36, 32 e 26 empreendimentos, respectivamente). Existindo também algumas cidades que possuem apenas um

EES e outras onde se nota a ausência desses empreendimentos, a exemplo, dos municípios de Janaúba, Brasília de Minas, Rio Pardo de Minas.



Mapa 4 - Número de EES por Municípios da Mesorregião Norte de Minas, 2007

Fonte: Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES, 2008.

No Quadro 2, conforme pode ser observado, estão representados alguns EES encontrados em Minas Gerais. De acordo com a análise do quadro observa-se que a maioria dos produtos dos EES são artesanato em geral e produtos alimentícios, principalmente os doces típicos do estado. O número de sócios dos empreendimentos também é variável, sendo que o empreendimento denominado “Artesãos da Fronteira” (da cidade de Fronteira) apresenta o maior número de

sócios, 35 pessoas. O grupo de trabalho denominado “Dona Quita” (de Pirapora) é o que possui menor quantidade de sócios, apenas seis pessoas. Embora alguns empreendimentos não tenham indicado o número de associados, outro fator interessante que não é representado no Quadro 2, é o fato de que nesses empreendimentos a maioria dos sócios é composta por mulheres, principalmente trabalhadoras rurais, que encontram nesses

grupos de trabalho a oportunidade de complementar a renda familiar.

EES	Localização	Início das atividades	Número de sócios	Produtos	Comercialização
Artesãos da Fronteira	Fronteira	2007	35 pessoas	artesanato em geral	feiras e eventos
Doce de Minas Chapadão	Frutal	(*)		compotas de frutas	(*)
Artesanato Jaíba e Gorutuba	Jaíba	(*)	32 pessoas	artesanato em fibra de bananeira	feira municipal
Coopejaíba	Jaíba	(*)	(*)	bananada	(*)
Lineart	Limeira do Oeste	(*)	(*)	artesanato de fibra de cana	(*)
Dona Quita	Pirapora	(*)	6 pessoas	doces e biscoitos em geral	Pirapora e supermercado Pão de Açúcar

Quadro 2 – Empreendimentos de Socioeconomia Solidária de Minas Gerais, 2007

(*): dados não encontrados.

Fonte: Catálogo Trabalhadoras Rurais, 2007;

IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 2007.

Ainda de acordo com os dados do Quadro 2, nota-se a importância das feiras para a comercialização dos produtos da socioeconomia solidária.

Entre os empreendimentos que informaram onde ocorre a comercialização de seus produtos, observa-se que a maioria deles os comercializa em feiras, sendo que um dos grupos, o “Dona Quita”, vende seus produtos para a rede de supermercados *Pão de Açúcar*.

Na região Norte de Minas foram encontrados empreendimentos em 23 municípios, os quais encontram-se listados na Tabela 1. Dentre esses municípios o que mais se destaca é Pirapora com 28 EES. Em contrapartida, em localidades como

Glauclândia, Lassance, Ponto Chique e Santa Cruz de Salinas, foi encontrado apenas um único empreendimento socioeconômico solidário. A Tabela 1 reafirma o fato de que o Norte de Minas apresenta uma grande concentração de grupos que trabalham com a SES. Alguns desses empreendimentos ingressaram nessas atividades ainda na década de 1960. Porém, a maioria iniciou suas atividades na década de 1990 e de 2000, o que a análise do quadro não nos permite observar.

Outra questão a ser considerada é o fato de que a maioria dos empreendimentos é composta por grupos informais, seguidos por associações. As cooperativas são menos expressivas,

embora estas sejam as formas de organização que mais ressaltam os valores

fundamentais de autogestão, trabalho coletivo e a noção de solidariedade.

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS	% DE EMPREENDIMENTOS
Buritizeiro	20	13,4
Chapada Gaúcha	5	3,3
Cônego Marinho	2	1,3
Glaucilândia	1	0,6
Ibiaí	2	1,3
Ibiracatú	3	2,0
Januária	11	7,3
Japonvar	7	4,6
Juramento	3	2,0
Lassance	1	0,6
Lontra	13	8,7
Montes Claros	7	4,6
Ninheira	2	1,3
Novorizonte	7	4,6
Pintópolis	3	2,0
Pirapora	28	18,7
Ponto Chique	1	0,6
Salinas	2	1,3
Santa Cruz de Salinas	1	0,6
São Francisco	16	10,7
São João do Paraíso	2	1,3
Várzea da Palma	6	4,0
Varzelândia	6	4,0
Total	149	100

Tabela 1

Empreendimentos Socioeconômicos Solidários da Região Norte de Minas, 2007

Fonte: Incubadora de Montes Claros – MG, 2007.

Organização: Silva, R. R., 2008.

Os dados da Tabela 1 foram cedidos pela Incubadora de Montes Claros e totalizam quase 150 empreendimentos que a incubadora considera com EES. Entretanto, de acordo com os critérios e princípios de socioeconomia solidária aqui apresentados, muitos dos estabelecimentos listados não podem ser caracterizados como pertencentes a essa outra economia,

pois alguns destes caracterizam-se como organizações sem fins lucrativos e outros não adotam o trabalho coletivo como base para a realização de suas atividades.

Nesse sentido, observam-se algumas contradições entre os dados disponibilizados pela Incubadora e os dados divulgados pela SENAES (2008), a qual listou um número maior de empreendimentos. Porém, é interessante essa diferenciação, pois revela que

não se pode buscar uma única fonte de dados, visto que a classificação de um EES, como pertencente ou não da economia solidária, é de certa forma bastante subjetiva, ou seja, o que pode ser visto por alguém como experiência dessa economia alternativa pode ser entendido por outro como grupo de trabalho convencional.

Contudo, é importante salientar que esse aumento no número de

empreendimentos de socioeconomia solidária não deve ser pensado apenas do ponto de vista quantitativo, visto que, por um lado é muito interessante a expansão pela qual essa outra economia tem passado. No entanto, esse crescimento revela também o aumento da população excluída pelo modo de produção capitalista, bem como o aumento no número de desempregados.

Municípios	Comercialização	Comercialização e autoconsumo	Autoconsumo	Trocas	Não se aplica
Uberlândia	22	6	-	3	2
Araguari	6	-	-	-	1
Ituiutaba	2	-	-	-	-
Patrocínio	1	-	-	-	-
Monte Carmelo	6	-	-	-	1
Prata	1	1	-	-	-
Tupaciguara		1	-	-	-
Campina Verde	1	2	-	-	-
Capinópolis	3	-	-	-	-
Serra do Salitre	-	1	-	-	-
Uberaba	8	1	-	-	-
Indianópolis	1	-	-	-	-
Estrela do Sul	2	-	-	-	-
Abadia dos Dourados	1	-	-	-	-
Grupiara	1	1	-	-	-
Araxá	5	1	-	-	-
Comendador Gomes	-	1	1	-	-
Ibiá	1	-	1	-	-
Perdizes	2	-	-	-	-
Frutal	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Patos de Minas	14	3	-	-	7
Carmo do Paranaíba	4	-	-	-	1
Tiros	-	1	-	-	-

Quadro 3 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Destino Final dos Produtos da Socioeconomia Solidária, 2007

(*) os dados não foram encontrados.

Fonte: Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES), 2008.

Embora, como já mencionado, tenham ocorrido significativas mudanças no quadro referente à socioeconomia

solidária no estado de Minas Gerais, a comercialização de produtos e serviços resultantes dessa economia ainda se

apresenta como um problema enfrentado pela maioria dos EES. Porém, essa dificuldade também deve ser superada, visto que é a comercialização que garante a redistribuição de renda tão almejada.

Nesse sentido, a fim de ilustrar a atual situação das mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas, apresentam-se, a seguir, alguns quadros referentes à comercialização dos produtos da SES nessas regiões.

Municípios	Comercialização	Comercialização e autoconsumo	Autoconsumo	Trocas	Não se aplica
Bocaiúva	3	1	-	-	-
Monte Azul	1	1	-	-	-
Januária	6	5	-	-	-
Montes Claros	33	10	-	3	-
Pirapora	26	6	-	5	-
Salinas	3	-	-	-	-
Chapada Gaúcha	5	4	-	-	-
Cônego Marinho	1	1	-	-	-
Juvelina	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Pintópolis	3	8	-	-	-
São Francisco	3	13	-	-	-
Glaucilândia	1	-	-	-	-
Ibiracatu	1	2	-	-	-
Juramento	-	3	-	-	-
Lontra	5	10	-	1	-
Japonvar	1	3	2	-	-
Ponto Chique	1	-	-	-	-
Varzelândia	-	6	-	-	-
Buritizeiro	9	16	1	4	2
Ibiaí	2	-	-	-	-
Lassance	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Riachinho	1	5	-	-	-
São Romão	1	2	-	-	-
Várzea da Palma	5	1	-	-	-
Ninheira	-	2	-	-	-
Novorizonte	6	1	-	-	-
Santa Cruz de Salinas	-	1	-	-	-
São João do Paraíso	-	2	-	-	-
Taiobeiras	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

Quadro 4 – Destino final dos produtos da socioeconomia solidária Norte de Minas

(*) os dados não foram encontrados

Fonte: Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES), 2008.

De acordo com o exposto acima e também como pode ser observado no

Quadro 3 (referente ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) e no Quadro 4 (referente ao Norte de Minas), a maioria dos EES

tem como destino final à comercialização de seus produtos e até mesmo de serviços.

Observa-se também que a comercialização dos produtos oriundos da SES na região Norte do estado é mais intensificada, visto que nessa região encontra-se maior número de empreendimentos que a outra região analisada. Cabe destacar que o autoconsumo mostra-se bastante expressivo nas duas mesorregiões

abordadas, tendo maior destaque também na região Norte de Minas. Nos quadros, além do destino final dos produtos dos EES, aparecem outros destinos como as trocas (ocorridas entre os empreendimentos), autoconsumo associado à comercialização, e a expressão “não se aplica”, que ocorre, principalmente, em empreendimentos ainda em fase de instalação.

Municípios	Comércio local	Comércio municipal	Comércio o micro-regional	Comércio estadual	Comércio nacional	Exportação	Não se aplica
Uberlândia	X	X	X	X	X	-	-
Araguari	X	-	X	-	-	-	-
Ituiutaba	X	X	-	X	X	-	-
Patrocínio	-	X	-	-	-	-	-
Monte Carmelo	X	X	-	X	-	-	-
Prata	X	X	-	-	-	-	-
Tupaciguara	-	-	-	-	-	-	X
Campina Verde	-	X	X	X	X	-	-
Capinópolis	X	X	-	X	-	-	-
Serra do Salitre	-	-	-	X	X	-	-
Uberaba	X	X	-	X	X	X	-
Indianópolis	-	-	X	-	-	-	-
Estrela do Sul	X	X	-	X	-	-	-
Abadia dos Dourados	X	-	-	-	-	-	-
Grupiara	-	X	-	-	-	-	-
Araxá	-	X	X	X	X	-	-
Comendador Gomes	-	X	-	-	-	-	-
Ibiá	-	X	-	-	-	-	-
Perdizes	X	X	X	-	-	-	-
Frutal	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Patos de Minas	X	X	X	X	X	X	-
Carmo do Paranaíba	X	X	X	-	-	-	-
Tiros	X	-	-	-	-	-	-

Quadro 5 – Destino dos Prrodutos e Serviços da Socioeconomia Solidária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

(*) os dados não foram encontrados

Fonte: Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES), 2008.

Quadro 6 – Destino dos Produtos e Serviços da Socioeconomia Solidária no Norte de Minas

(*) os dados não foram encontrados

Fonte: Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES), 2008.

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2008 no existiam 127 empreendimentos Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Destes, 81 EES eram voltados para a comercialização, 19 para a comercialização e autoconsumo, apenas 2 para o autoconsumo e 3 destinados à troca. Destaca-se ainda que 12 empreendimentos não optaram por uma ou outra forma de comercialização, conforme revelam os dados do Quadro 6.

Entre os ESS existentes na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 33 estavam sediados em Uberlândia (destes, 22 destinavam-se à comercialização, 6 à comercialização e ao auto-consumo, 3 para trocas e 2 ainda em fase de implantação). Em Patos de Minas existiam 24 EES (14 destinados à comercialização, 3 para a comercialização e auto-consumo e 7 ainda em fase de implantação).

A comercialização apresentava diferentes destinos e diferentes mercados. Porém, os mais comuns eram o comércio municipal e o comércio local, apresentados nos Quadros 5 (referente ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e 6 (referente ao Norte de Minas). De acordo com esses

quadros, a comercialização da socioeconomia solidária ocorre nos seguintes níveis: no comércio local; no comércio municipal; no comércio micro-regional; no comércio estadual; no comércio nacional e para a exportação; encontra-se também nesses quadros a expressão não se aplica, utilizada para casos em que os produtos são apenas destinados ao autoconsumo e também para EES em fase de instalação.

Desse modo, de acordo com a SENAES (2008), a maioria dos municípios tem sua produção voltada para o consumo local, municipal e estadual. Somente Uberaba e Patos de Minas têm parte de sua produção voltada para a exportação.

No Norte de Minas Gerais, ainda de acordo com a SENAES (2008), apesar do grande número de empreendimentos existentes nos municípios que compõem a região, todos comercializam em nível local e municipal (exceto Ponto Chique, Várzea da Palma e Ibiaí). O mesmo ocorrendo em nível microrregional (exceto Bocaiúva, Juramento, Lontra e Ibiaí). No tocante ao comércio estadual, Bocaiúva, Pintópolis, Glaucilândia, Ibiracatu, Juramento, Japonvar, Ponto Chique, Varzelândia, Ibiaí, Riachinho, São Romão, Várzea da

Palma e Santa Cruz de Salinas, não realizam este tipo de comercialização.

Ressalta-se também que dentre os 20 mil EES mais da metade desses, ou seja, mais de 13 mil, enfrentam problemas relacionados a dificuldades na comercialização, devendo-se, dentre outros fatores, a falta de capacitação dos trabalhadores para a venda desses produtos; falta de capacidade dos empreendimentos manterem a regularidade no fornecimento de produtos; falta de recursos financeiros necessários a todo o processo de comercialização; falta de consumidores para esse mercado diferenciado; preços dos produtos não são adequados, mais caro ou mais barato do que deveriam ser.

4. CONCLUSÃO

Diante das desigualdades e injustiças geradas pelo modo de produção capitalista é preciso que alternativas sejam criadas a fim de proporcionar a geração de emprego e renda para a população excluída do mercado de trabalho formal. Dessa forma, a socioeconomia solidária, na sociedade contemporânea, tem passado por um processo de expansão.

Por conseguinte, a discussão a respeito da socioeconomia solidária faz-se tão pertinente no atual período, e o estudo da comercialização dos produtos e serviços solidários também tornou-se necessário

frente à escassez de informações disponíveis a essa temática.

Cabe destacar que o crescimento pelo qual a socioeconomia solidária tem passado no Brasil, principalmente, no estado de Minas Gerais, deve-se também ao maior incentivo por parte do Governo Federal, através de projetos em prol da economia solidária. Porém, é importante ressaltar que tanto os empreendimentos econômicos solidários quanto os trabalhadores desses empreendimentos ainda enfrentam problemas relacionados à ausência de políticas públicas direcionadas a essa outra economia.

Contudo, apesar de todos os desafios enfrentados pela socioeconomia solidária, a mesma ainda se constitui como uma provável alternativa ao sistema capitalista, estando presente no cotidiano de milhares de pessoas no Brasil, diminuindo as injustiças geradas pelo modo de produção excludente e aliando desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social do país.

A pesquisa mostrou-se muito interessante, pois possibilitou o entendimento a cerca da socioeconomia solidária, uma temática atual, porém ainda pouco estudada, bem como a realidade da comercialização dessa produção.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o Século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Disponível em: <<http://www.almg.gp.br>>. Acesso em 10 de março de 2008.

CATÁLOGO TRABALHADORAS RURAIS (2007). IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 2007.

CATTANI, A. D. (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CLEPS, G. D. G.; SILVA, R. R. Comércio Solidário, algumas reflexões. In: **Comunicação Científica – I Encontro Nacional de Grupos PET Geografia**. Uberlândia (MG), 2006.

_____. As Redes do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação Científica – XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. A realidade do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação Científica – III Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Londrina – PR, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.fbcs.org.br>>. Acesso em 14 de abril de 2008.

FRANÇA, G.; DIZIMIRA, S. Economia e Dívida. In.: **Organizações & Sociedade**. v. 16, n. 14, p. 141-183, jan/abr 1999.

GAIGER, L. I. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária**. Caxambu: Unisinos, 1999.

_____. **A solidariedade como uma alternativa para os pobres**. Disponível

em: <<http://www.pacs.org.br>>. Acesso em 10 de março de 2006.

INCUBADORA DE MONTES CLAROS – MG (2007).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de março de 2008.

LISBOA, Armando. **Os desafios da Economia Popular e Solidária**. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br>>. Acesso em 10 de março de 2006.

_____. **A economia Popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

MANCINI, E. A. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Consumo solidário. In: CATTANI, A. D. (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MELO, A. P. G. de. **Agricultura Familiar e Economia Solidária**: as experiências em gestão de bens comuns e inserção nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2005. 127f. (Dissertação, Mestrado em Administração).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, 2005, Brasília, 2006.

_____. **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, 2007, Brasília, 2008.

_____. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>>. Acesso em 18 de julho de 2008.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Uberlândia: Alínea, 2007.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEBRAE, **Comércio Justo**: pesquisa mundial. Sebrae, 2004, p.11. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em 04 de abril de 2006.

SECRETÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Disponível em: <http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 12 de março de 2008.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. **A consistência das redes solidárias**. v. 37, n. 159, p. 177-204. São Leopoldo, Ciências Sociais: UNISINOS, 2001.

SLATER, D. **Cultura do consumo & modernidade**. Trad. D. de A. Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

VALADÃO JÚNIOR, V. M. **Bases epistemológicas e modos de gestão em organizações de trabalho e renda**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. (Tese, Doutorado em Engenharia da Produção e Sistemas).

VASCONCELOS, T. A. C. de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.